

Desigualdade e dinâmica de rendimentos: heterogeneidade espacial e externalidades de localização

Pedro Portugal, Paulo Guimarães, Pedro Raposo, João Brogueira de Sousa, Carlos Oliveira, Rodrigo Barrela, António Santos & Jorge Ferreira
NOVA School of Business and Economics

Sumário executivo

Este policy paper evidencia a persistência de desigualdades económicas territoriais profundas em Portugal, com diferenças de rendimento marcadas entre regiões, sub-regiões e, sobretudo, freguesias, e uma hierarquia espacial altamente estável ao longo do tempo. A desigualdade é predominantemente interpessoal, ocorrendo em larga medida dentro dos territórios, mas sem eliminar a relevância das clivagens geográficas. No mercado de trabalho, observa-se alguma compressão salarial, ainda que com diferenças regionais persistentes. A principal fragilidade estrutural reside, contudo, na produtividade: a sua distribuição é fortemente desigual e persistente, com níveis mais elevados no litoral e nas áreas metropolitanas. Embora existam economias de aglomeração, o seu contributo é limitado, sendo a maior parte das diferenças explicada por fatores internos às empresas, o que reforça o carácter estrutural das disparidades.

Recomendações

- Monitorização contínua: Publicar regularmente indicadores regionais de desigualdade salarial com base em dados administrativos, usando metodologias comparáveis (e.g., GRID).
- Salário mínimo: Avaliar formalmente o impacto dos aumentos do SMN na desigualdade e nos efeitos sobre o emprego a nível regional.
- Políticas regionais: Ajustar instrumentos de coesão territorial às diferenças persistentes na distribuição salarial entre regiões.
- Modernização produtiva: Focar apoios públicos na melhoria interna das empresas (gestão, digitalização, eficiência), sobretudo em regiões com menor produtividade.
- Transferência de conhecimento: Reforçar Centros de Interface e CoLAB em regiões menos dinâmicas, promovendo ligação entre I&D e empresas locais.
- Capital humano qualificado: Incentivar a atração e retenção de trabalhadores qualificados fora das áreas metropolitanas através de benefícios fiscais, habitação e serviços públicos.

Destinatários do policy brief

Decisores políticos, Quadros decisores da Administração Pública e o Público em geral.

Introdução e Enquadramento do Problema

Portugal é frequentemente referido como um dos países com maior desigualdade na Europa. No entanto, faltam análises sistemáticas que acompanhem a evolução da distribuição de rendimentos ao longo do tempo e entre regiões, com base em dados administrativos.

Neste estudo são caracterizadas as assimetrias económicas entre diferentes espaços geográficos de Portugal. Em primeiro lugar procede-se ao mapeamento sistemático da heterogeneidade de rendimento ao nível das NUT2, das NUT3, dos concelhos e das

freguesias. Nesta vertente da investigação, são sistematicamente contrastadas assimetrias entre as regiões e assimetrias dentro das regiões. Em segundo lugar, é conduzida uma análise da evolução das disparidades salariais das regiões portuguesas. Por fim, deve ser realçado que a produtividade é um determinante central do

crescimento económico de longo prazo, do nível de vida e da capacidade de convergência real de uma economia. Neste sentido, utilizam-se micro-dados administrativos para explorar as tendências temporais de produtividade, a sua dispersão espacial e a localização das externalidades associadas às economias de aglomeração.

Análise / Principais Resultados

Assimetrias de Rendimentos

Este relatório analisa a desigualdade de rendimentos em Portugal entre 2017 e 2022, com um foco na sua dimensão territorial. Uma das principais contribuições do trabalho está na utilização de micro-dados fiscais anonimizados das declarações de IRS, que permitem observar o rendimento ao nível individual com grande fiabilidade e cobertura quase universal da população adulta residente em Portugal. Outro elemento distintivo é a sua granularidade territorial. A análise é conduzida a vários níveis, desde as grandes regiões (NUTS II) até às sub-regiões (NUTS III) e, crucialmente, até às freguesias, a unidade administrativa mais fina em Portugal. Esta abordagem permite captar heterogeneidades que são invisíveis em análises mais agregadas. Adicionalmente, são feitos testes de convergência regional e é aplicada uma decomposição hierárquica do índice de Theil, que nos permite quantificar a contribuição de cada nível territorial para a desigualdade total.

No plano agregado, o período 2017-2022 caracteriza-se por uma dinâmica de crescimento inclusivo. O rendimento total declarado aumentou cerca de 17% em termos reais, enquanto o rendimento médio por declarante cresceu aproximadamente 10%. Esta evolução foi acompanhada por uma redução significativa da desigualdade. O índice de Gini caiu de 44,0 para 41,9, uma melhoria relevante num intervalo temporal relativamente curto, ainda que Portugal continue entre os países mais desiguais da Europa.

Esta redução da desigualdade resulta de um padrão claro de crescimento diferenciado ao longo da distribuição. Os 50% mais pobres registaram um aumento médio anual de 2,6%, vendo o seu rendimento médio aumentar de

5.659€ para 6.632€. Em contraste, o 1% mais rico cresceu apenas 0,5% ao ano. Em termos de distribuição do rendimento, isto traduziu-se num aumento da quota captada pela base da distribuição, de 21,1% para 22,4%, enquanto a quota dos 10% mais ricos diminuiu de 33,6% para 31,9%.

Apesar desta evolução, persistem diferenças territoriais marcadas nos níveis de rendimento. A Grande Lisboa destaca-se claramente como a região mais rica do país, com um rendimento médio anual de cerca de 18.400€, 28% acima da média nacional. As restantes regiões NUTS II situam-se num intervalo relativamente estreito, entre cerca de 12.900€ no Norte e 15.500€ na Península de Setúbal.

Estas disparidades tornam-se mais pronunciadas quando se desce ao nível das sub-regiões. A nível NUTS III, o rácio entre a Grande Lisboa e o Tâmega e Sousa atinge 1,83, evidenciando uma clivagem territorial mais acentuada. As sub-regiões de maior rendimento concentram-se sobretudo nas áreas metropolitanas, enquanto as sub-regiões mais pobres se localizam predominantemente no Norte interior e em algumas zonas do interior Centro. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, juntamente com a Península de Setúbal, concentram mais de metade do rendimento total declarado no país.

Para além das diferenças entre regiões, há também variações importantes nos níveis de desigualdade dentro de cada território. A Grande Lisboa apresenta o coeficiente de Gini mais elevado do país (45,9), com uma forte concentração de rendimento no topo. Em contraste, regiões como o Alentejo ou o Oeste e Vale do Tejo apresentam níveis de desigualdade mais baixos, com distribuições mais homogéneas. Ao longo do período,

observa-se uma redução generalizada da desigualdade em praticamente todas as regiões, embora com intensidades distintas.

A análise ganha uma nova dimensão quando se desce ao nível das freguesias. Aqui, as disparidades territoriais tornam-se muito mais expressivas. O rácio entre a freguesia mais rica e a mais pobre atinge 5,5 vezes, um valor muito superior ao observado a níveis mais agregados. Este resultado mostra que uma parte significativa da heterogeneidade territorial está “escondida” dentro das regiões. O padrão geográfico é claro: freguesias do litoral são, em média, mais ricas do que as do interior, e mesmo dentro das áreas urbanas existe uma forte estratificação entre zonas centrais e periféricas. No mapa de rendimento médio por freguesia - Figura 1 – é possível observar que 9 das 10 freguesias mais ricas do país se encontram em Lisboa, enquanto as mais pobres ficam praticamente todas no Norte interior.

Também ao nível local se observa uma grande variação na desigualdade interna. As freguesias mais desiguais concentram-se sobretudo nas áreas metropolitanas, em particular em Lisboa, onde os 10% mais ricos frequentemente captam mais de 40% do rendimento total. Já as freguesias menos desiguais tendem a localizar-se em zonas rurais, com estruturas económicas menos diversificadas. No entanto, existem exceções relevantes, como algumas freguesias do interior norte, que combinam baixos rendimentos médios com níveis elevados de desigualdade.

Apesar destas disparidades, há evidência robusta de convergência territorial ao longo do período. Regiões e freguesias mais pobres cresceram sistematicamente mais rápido do que as mais ricas. A nível regional, o Norte registou o maior crescimento (cerca de 12%), enquanto a Grande Lisboa apresentou o menor (cerca de 6%). Este padrão é ainda mais evidente a nível NUTS III: o Tâmega e Sousa, a sub-região mais pobre, registou um aumento de 15,9%, o mais elevado do país. A Figura 2 ilustra esta forte correlação entre o nível de rendimento inicial e o crescimento ao longo do período entre as sub-regiões. A nível das freguesias, a convergência é ainda mais pronunciada.

Estimativas formais indicam uma velocidade de convergência de cerca de 2,0% ao ano a nível regional e 2,7% ao nível local, valores que praticamente duplicam quando se controlam características estruturais. No entanto, esta convergência ocorre sobretudo através da redução das distâncias absolutas, e não através de mudanças nas posições relativas. A hierarquia territorial dos rendimentos é extremamente persistente. A correlação entre os rankings de rendimento em 2017 e 2022 é quase perfeita, tanto a nível regional como ao nível das freguesias. Em termos práticos, os territórios que eram mais ricos no início do período continuam a sê-lo no final.

Outro resultado relevante é a ausência de uma relação robusta entre nível de rendimento e desigualdade. Embora exista uma correlação positiva simples, esta desaparece quando se controlam características estruturais como educação ou composição ocupacional. Isto sugere que não há uma ligação mecânica entre desenvolvimento económico e desigualdade, sendo esta mediada por outros fatores.

Finalmente, o resultado mais importante do relatório diz respeito à natureza da desigualdade em Portugal. Uma análise de decomposição do índice de Theil mostra que a desigualdade é predominantemente interpessoal e não territorial: apenas cerca de 11% da desigualdade nacional pode ser atribuída a diferenças de rendimento médio entre unidades geográficas, enquanto a larga maioria, cerca de 89% resulta de desigualdades entre indivíduos que vivem na mesma freguesia. Este resultado reflete um facto simples, mas central: dentro de qualquer território coexistem indivíduos com perfis socioeconómicos muito distintos, desde trabalhadores precários e pouco qualificados até profissionais altamente qualificados e empresários. Em termos quantitativos, o rácio entre os rendimentos do topo e da base da distribuição dentro de uma freguesia típica pode atingir 16 a 20 vezes, muito acima das diferenças observadas entre territórios.

Ainda assim, a dimensão espacial não é irrelevante. Apesar de explicar uma fração relativamente pequena do nível total de desigualdade, a convergência territorial teve um contributo desproporcional para a sua redução no período, sendo responsável por cerca de 28% da diminuição observada. Isto sugere que a dinâmica espacial, embora

secundária na explicação do nível de desigualdade, desempenha um papel importante na sua evolução recente.

Figura 1 – Rendimento Médio por Freguesia (Média do Período 2017-2022)

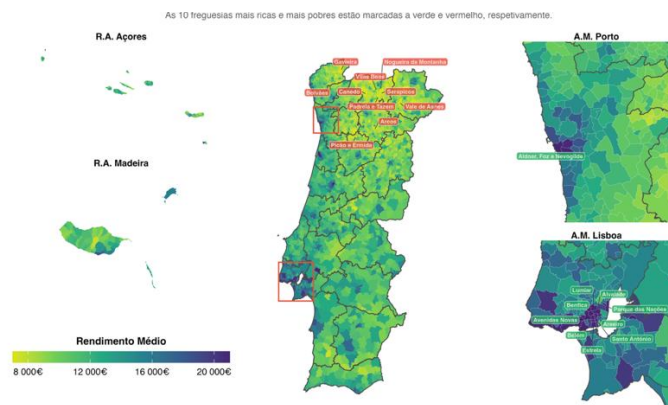
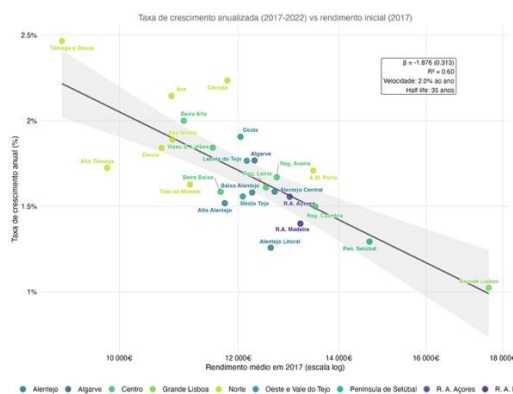


Figura 2 – Convergência Regional no Rendimento Médio

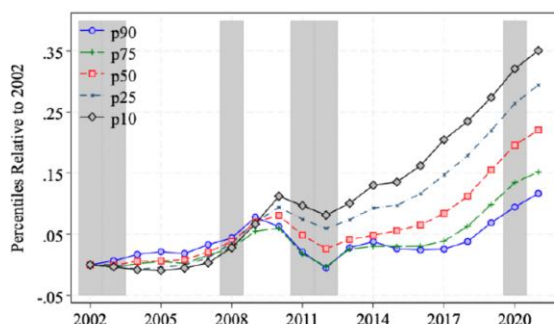


Assimetrias Salariais

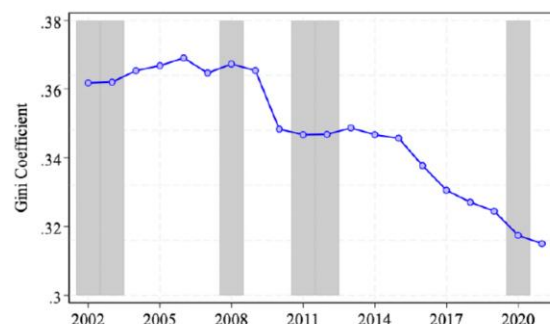
Entre 2002 e 2021, os salários reais cresceram em todos os segmentos da distribuição. Contudo, o crescimento não foi uniforme: os trabalhadores com rendimentos mais baixos registaram ganhos maiores do que os trabalhadores no topo. Os percentis inferiores (P10, P25) subiram 35-42 por cento relativamente a 2002, enquanto os percentis superiores (P75, P90) subiram apenas 13-16 por centos. A Figura 3a ilustra este padrão de

convergência a abertura em leque entre as linhas mostra que a base cresceu cerca de duas vezes mais rápido do que o topo. Esta convergência traduziu-se numa redução da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini (Figura 3b). A tendência, porém, não foi linear: entre 2002 e 2006, a desigualdade aumentou. A partir de 2009, inverteu-se de forma sustentada, com o Gini a cair ano após ano até 2021. O diferencial entre os percentis 90 e 10 reduziu-se em 16 por cento.

Figura 3 – Evolução da desigualdade salarial em Portugal



(a) Percentis de rendimentos relativamente a 2002.



(b) Coeficiente de Gini, 2002–2021.

A compressão ocorreu em ambas as caudas da distribuição: tanto os rendimentos na base se aproximaram da mediana, como os do topo. Estes resultados mantêm-se após remover o efeito da idade sobre os rendimentos, o que confirma que a redução da desigualdade não se deve apenas a alterações na composição etária da força de trabalho — ocorre também dentro dos grupos etários.

O padrão é transversal a todas as regiões do continente. As cinco regiões NUTS-2 registaram quedas no Gini entre 0,023 e 0,032 pontos. Lisboa, a região com maior desigualdade, foi também a que registou a maior redução absoluta na dispersão. Norte e Centro apresentam distribuições mais comprimidas e menor variabilidade ao longo do tempo.

Assimetrias da Produtividade

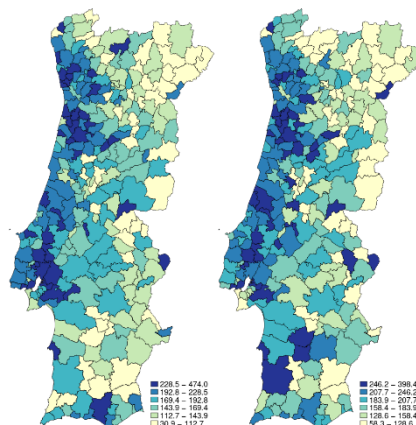
Em Portugal, a distribuição da produtividade é fortemente enviesada à direita. A produtividade mediana é substancialmente inferior à média, indicando que a maioria das empresas opera com produtividade abaixo da média do setor. Entre 2007 e 2023, verificou-se uma ligeira melhoria generalizada: a mediana subiu de 17 para 19,2 mil euros por trabalhador e a média de 24,6 para 27,8 mil euros. Os anos de 2022 e 2023 evidenciam uma deslocação positiva mais notória da distribuição.

A nível sectorial, todos os setores registaram melhorias, exceto os transportes. Destaca-se positivamente a indústria e o alojamento e restauração, que apesar da elevada disrupção pandémica, registou uma deslocação notável da distribuição. A dispersão entre setores é relativamente homogénea, com maior variabilidade nos serviços às empresas e outros setores.

Quanto à dimensão das empresas, a produtividade aumenta com esta. Empresas maiores são sistematicamente mais produtivas e as microempresas concentram a maior parte da baixa produtividade ao longo do tempo. As grandes empresas mostram uma estabilização da mediana e redução da dispersão, enquanto as PME apresentam melhorias modestas, mas consistentes.

Regionalmente, a Área Metropolitana de Lisboa lidera em produtividade, mas apresenta também maior dispersão. Por outro lado, municípios do interior apresentam níveis mais baixos de produtividade. A heterogeneidade ao nível municipal é significativa e a produtividade é tendencialmente superior no litoral e nas áreas metropolitanas, persistindo ainda diferenças dentro da mesma região NUTS-II (Figura 4).

Figura 4 – Mapa de calor (heatmap) da produtividade total em 2007 e 2023, por município | Em milhares de euros por trabalhador.



Um resultado de relevo da análise das diferenças de produtividade diz respeito à decomposição das fontes de desigualdade produtiva a nível nacional. Cerca de 78% da desigualdade do valor acrescentado bruto entre estabelecimentos é explicada por diferenças na sua capacidade produtiva intrínseca – processos de gestão, eficiência operacional ou composição da força de trabalho. O contexto local (características da freguesia e do setor) contribui com 6% adicional, ao passo que as externalidades de aglomeração – o impacto dos pares sobre a produção de cada estabelecimento – contribuem apenas 1,4%. Esta hierarquia é um resultado robusto: o que mais diferencia as empresas portuguesas é aquilo que ocorre dentro de portas, e não onde estão instaladas.

Outro resultado significativo diz respeito à distribuição geográfica das externalidades de

aglomeração. Ao nível do concelho, a qualidade média das externalidades de aglomeração, ou seja, a medida em que os estabelecimentos vizinhos contribuem positivamente para a produção local, é muito dispare.

A região Norte é a que apresenta, em média, externalidades mais elevadas, indicando que é a região de Portugal onde o contexto empresarial envolvente mais potencia a produtividade individual.

A região Centro concentra, por contraste, um maior número de concelhos com externalidades baixas. As regiões do Algarve e Alentejo albergam alguns concelhos com maiores externalidades, demonstrando potencial relativamente à aglomeração de empresas nestas regiões.

Opções de Política e Recomendações

Promover a monitorização contínua com dados administrativos. Os registos de rendimentos permitem acompanhar os indicadores de desigualdade al com detalhe regional e periodicidade anual. A publicação regular de indicadores de dispersão por região, seguindo metodologias comparáveis internacionalmente, reforçaria a base de evidência disponível para decisores políticos.

Avaliar do papel do salário mínimo na redução das assimetrias. A compressão da cauda inferior da distribuição é consistente com o efeito de aumentos sucessivos do salário mínimo nacional. Uma avaliação formal desta relação permitiria quantificar a contribuição desta política para a redução da desigualdade e identificar eventuais efeitos sobre o emprego nas diferentes regiões.

Estimular políticas com dimensão regional.

As diferenças regionais na estrutura da distribuição de rendimentos são persistentes. Lisboa concentra a maior desigualdade e dispersão; Norte e Centro têm distribuições mais comprimidas. As políticas de coesão territorial beneficiariam de ter em conta estas diferenças ao definir instrumentos de intervenção salarial e de mercado de trabalho.

Concentrar os apoios públicos na modernização dos processos produtivos e de gestão.

Uma vez que quase 80% das diferenças de produtividade decorrem de fatores internos às empresas, os instrumentos mais eficazes serão aqueles que promovam diretamente melhorias organizacionais e de eficiência, através de programas de consultoria empresarial subsidiada, apoio à digitalização e incentivos à adoção de práticas de gestão modernas, com foco nas regiões e setores com maior défice de produtividade (Alentejo e Algarve em particular).

Articular os programas de transferência de conhecimento com a localização geográfica

das empresas. A rede de Centros de Interface e a rede CoLAB devem ser alargadas e reforçadas em regiões com menor dinamismo de aglomeração, incentivando a participação de empresas de setores de alto valor acrescentado nesses territórios. A transferência de conhecimento entre instituições de investigação e empresas locais é um veículo privilegiado para elevar a qualidade produtiva intrínseca onde ela é mais baixa.

Investir na atração e retenção de capital humano qualificado fora das áreas metropolitanas.

A qualidade produtiva das empresas está indissociavelmente ligada à qualificação da sua força de trabalho. Programas de incentivos à mobilidade de trabalhadores qualificados para regiões menos dinâmicas, como programas de benefícios fiscais, apoio à habitação e oferta de equipamentos públicos de qualidade, são condição necessária para que as restantes políticas produzam efeito sustentado.

Conclusão

A desigualdade de rendimentos em Portugal diminuiu de forma significativa entre 2017 e 2022, num contexto de crescimento inclusivo em que os rendimentos da base da distribuição cresceram mais rapidamente do que os do topo. Apesar desta evolução favorável, persistem assimetrias territoriais marcadas, que se tornam mais evidentes a níveis geográficos mais desagregados. No entanto, a evidência mostra que a desigualdade é sobretudo interpessoal — ocorrendo dentro dos próprios territórios — sendo a dimensão espacial mais relevante para explicar a sua evolução do que o seu nível.

A desigualdade salarial em Portugal diminuiu de forma consistente e transversal a todas as regiões entre 2009 e 2021. A redução resulta de crescimento salarial mais rápido na base da distribuição — um padrão que não se explica

por alterações na composição da força de trabalho. A monitorização regular desta evolução, com dados administrativos e desagregação regional, é essencial para avaliar a eficácia das políticas de coesão salarial e territorial.

A produtividade em Portugal apresenta uma distribuição fortemente desigual e persistente, com a maioria das empresas a operar abaixo da média e com diferenças significativas associadas à dimensão, setor e localização. Embora se observe uma melhoria generalizada ao longo do tempo, as disparidades permanecem elevadas, sobretudo entre litoral e interior. A evidência indica que a maior parte destas diferenças resulta de fatores internos às empresas, sublinhando a importância de políticas focadas na melhoria da eficiência, gestão e qualificação do capital humano.

Referências

Autor et al. (2020). The fall of the labor share and the rise of superstar firms. *Quarterly Journal of Economics*, 135(2), 645–709.

Banco de Portugal (2019). Produtividade aparente do trabalho em Portugal na última década. *Boletim Económico*, maio.

Bartelsman et al. (2013). Cross-country differences in productivity. *American Economic Review*, 103(1), 305–334.

Guvenen, F., Pistaferri, L. & Violante, G. L. (2022). Global Trends in Income Inequality and Income Dynamics: New Insights from GRID. *Quantitative Economics*, 13, 1321–1360.

Hsieh, C. & Klenow, P. (2009). Misallocation and manufacturing TFP in China and India. *Quarterly Journal of Economics*, 124(4), 1403–1448.

Syverson, C. (2004). Product substitutability and productivity dispersion. *Review of Economics and Statistics*, 86(2), 534–550.

COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Portugal, P., Guimarães, P., Raposo, P., Brogueira de Sousa, J., Oliveira, C., Barrela, R., Santos, A., & Ferreira J. (2026). *Desigualdade e dinâmica de rendimentos: heterogeneidade espacial e externalidades de localização*. S4P-23 Policy Brief 5383/2023. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

josepedroportugal@gmail.com

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026

 [Ciência para as políticas públicas](#)

 [PLANAPP](#)

 [Newsletter](#)

 [PLANAPP](#)

 [@planapp](#)

 [PLANAPP podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-23/14: Competitividade e coesão / Desigualdade e dinâmica salarial regional.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.